

SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	120072-SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO	MARCOS PAULO DA SILVA MESQUITA	03/06/2026 13:46 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		67613.059324/2025-83

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DE EMPREGO OPERACIONAL E TÁTICO DESTINADOS AO GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE CURITIBA (GSD-CT) E GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE FLORIANÓPOLIS (GSD-FL).

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de materiais e equipamentos operacionais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades do Grupo de Segurança e Defesa de Curitiba (GSD-CT) e do Grupo de Segurança e Defesa de Florianópolis (GSD-FL).

1.1.1. Tabela com quantidades de itens destinados a cada organização militar (GSD-CT e GSD-FL).

ITEM	GRUPOS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM / ESPECIFICAÇÕES	ORG DE DESTINO	UN MEDID	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	QNTD MÍNIMA	QNTD TOTAL	VALOR TOTAL FINAL (R\$)
1	-	600081	GERADOR DE ENERGIA	GSD-CT	UN	R\$ 6.169,02	1	4	R\$ 24.676,08
2	-	600081	GERADOR DE ENERGIA	GSD-FL	UN	R\$ 6.169,02	1	2	R\$ 12.338,04
3	-	629953	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MATRICE 30T	GSD-CT	UN	R\$ 67.133,77	1	5	R\$ 335.668,85
4	-	629953	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MATRICE 30T	GSD-FL	UN	R\$ 67.133,77	1	1	R\$ 67.133,77
5	-	631111	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MAVIC 4 PRO	GSD-CT	UN	R\$ 44.738,89	1	5	R\$ 223.694,45
6	-	631111	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MAVIC 4 PRO	GSD-FL	UN	R\$ 44.738,89	1	1	R\$ 44.738,89
7	-	629953	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MATRICE 4T	GSD-CT	UN	R\$ 51.542,24	1	5	R\$ 257.711,20
8	-	629953	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: MATRICE 4T	GSD-FL	UN	R\$ 51.542,24	1	1	R\$ 51.542,24
			COFRE VERTICAL DE 80 cm COM CHAPA DE						

9	-	473278	AÇO E CONCRETO	GSD-CT	UN	R\$ 1.382,03	2	12	R\$ 16.584,36
10	-	602909	COFRE HORIZONTAL 20 cm CONVENCIONAL	GSD-CT	UN	R\$ 1.234,00	2	12	R\$ 14.808,00
11	-	478190	COFRE DE DOCUMENTOS	GSD-CT	UN	R\$ 1.140,66	2	12	R\$ 13.687,92
12	1	286060	RÁDIO PORTÁTIL (HT) VHF INTERMEDIÁRIO	GSD-CT	UN	R\$ 4.836,38	5	50	R\$ 241.819,00
13		272647	RÁDIO TRANSCÉPTOR BASE/FIXO VHF AVANÇADO		UN	R\$ 16.347,91	2	15	R\$ 245.218,65
14		480092	ESTAÇÃO REPETIDORA FIXA COMPLETA – COM KIT DE PROGRAMAÇÃO		UN	R\$ 55.359,76	2	15	R\$ 830.396,40
15		480092	ESTAÇÃO REPETIDORA TRANSPORTÁVEL AVANÇADA		UN	R\$ 60.336,74	1	3	R\$ 181.010,222
16		616719	MICROFONE PTT DE MÃO		UN	R\$ 1.557,43	1	10	R\$ 15.574,30
17		616719	MICROFONE PTT DE MÃO PARA RÁDIO VEICULAR/FIXO		UN	R\$ 1.339,78	2	15	R\$ 20.096,70
18		613875	ANTENA VHF PARA RÁDIO PORTÁTIL INTERMEDIÁRIO		UN	R\$ 269,70	5	50	R\$ 13.485,00
19		613652	BATERIA DE LI-ÍON DE, NO MÍNIMO, 2280 MAH		UN	R\$ 1.293,80	10	100	R\$ 129.380,00
20		631316	FONTE DE ALIMENTAÇÃO		UN	R\$ 1.354,70	5	50	R\$ 67.735,00
21	2	286060	RÁDIO PORTÁTIL (HT) VHF INTERMEDIÁRIO	GSD-FL	UN	R\$ 4.836,38	3	30	R\$ 145.091,40
22		272647	RÁDIO TRANSCÉPTOR BASE/FIXO VHF AVANÇADO		UN	R\$ 16.347,91	1	8	R\$ 130.783,28
23		480092	ESTAÇÃO REPETIDORA FIXA COMPLETA – COM KIT DE PROGRAMAÇÃO		UN	R\$ 55.359,76	1	2	R\$ 110.719,52
24		480092	ESTAÇÃO REPETIDORA TRANSPORTÁVEL AVANÇADA		UN	R\$ 60.336,74	1	2	R\$ 120.673,48
25		616719	MICROFONE PTT DE MÃO		UN	R\$ 1.557,43	1	5	R\$ 7.787,15
26		616719	MICROFONE PTT DE MÃO PARA RÁDIO VEICULAR/FIXO		UN	R\$ 1.339,78	1	5	R\$ 6.698,90
27		613875	ANTENA VHF PARA RÁDIO PORTÁTIL INTERMEDIÁRIO		UN	R\$ 269,70	1	10	R\$ 2.697,00
28		613652	BATERIA DE LI-ÍON DE, NO MÍNIMO, 2280 MAH		UN	R\$ 1.293,80	3	30	R\$ 38.814,00
29		631316	FONTE DE ALIMENTAÇÃO		UN	R\$ 1.354,70	2	15	R\$ 20.320,50

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.4. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, permitida a prorrogação exclusivamente na hipótese prevista no art. 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.

1.4.1. A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será definida no instrumento contratual ou na nota de empenho, observando-se o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, ficando condicionada à disponibilidade de créditos orçamentários em cada exercício financeiro.

1.5. O contrato decorrente da ARP reger-se-á por este Termo de Referência, pelo edital e pela legislação vigente.

1.6. Em caso de divergência entre as especificações constantes do CATMAT e deste TR, prevalecem as deste TR e anexo.

1.7 Os grupos encontram-se organizados exclusivamente de acordo com os equipamentos de radiocomunicação, sendo divididos em Grupo 1 e Grupo 2 conforme as respectivas localidades de entrega, sendo: **Grupo 1, composto pelos itens de radiocomunicação destinados ao Grupo de Segurança e Defesa de Curitiba (GSD-CT); e Grupo 2, composto pelos itens de radiocomunicação destinados ao Grupo de Segurança e Defesa de Florianópolis (GSD-FL).** Os prazos, endereços e condições de recebimento e entrega estão devidamente estabelecidos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos, encontra-se descrita no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra este Termo de Referência.

2.2. O objeto encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução adotada consiste na aquisição eventual, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), de materiais e equipamentos operacionais permanentes necessários para viabilizar a execução das atividades de segurança e defesa das instalações realizadas pelo GSD-CT e pelo GSD-FL. A adoção do SRP possibilita a padronização dos materiais, garante regularidade operacional, otimiza o atendimento às demandas reais de consumo e confere maior eficiência à gestão de suprimentos.

3.3. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pela variabilidade da demanda, pela necessidade de recomposição gradual do parque de equipamentos, pela possibilidade de aquisições parceladas conforme disponibilidade orçamentária e pela conveniência administrativa, assegurando economicidade, racionalização do processo de aquisição e adequada gestão do material permanente. A solução está alinhada ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), ao Documento de Formalização da Demanda (DFD) e ao Plano Anual de Contratações (PAC).

3.4. As especificações técnicas completas dos materiais e equipamentos permanentes encontram-se descritas no anexo, o qual integra este Termo de Referência.

3.5. No que se refere aos **Grupos 1 e 2**, ambos correspondem **exclusivamente aos equipamentos e acessórios de radiocomunicação profissional**, organizados conforme as respectivas localidades de entrega, nos termos do item 1.7 deste Termo de Referência, cuja formação decorre da necessidade de assegurar plena compatibilidade, interoperabilidade e padronização tecnológica com os sistemas de comunicação atualmente em operação no complexo do CINDACTA II e na Base Aérea de Florianópolis, tratando-se de equipamentos de natureza crítica, cujas especificações técnicas, protocolos de comunicação (NXDN), recursos de criptografia, operação multi-site, roaming, voting e integração com infraestruturas legadas exigem aquisição conjunta e homogênea no âmbito de cada grupo, de modo a preservar a continuidade operacional, a confiabilidade das comunicações e a segurança das operações, razão pela qual a pesquisa de preços dos equipamentos de radiocomunicação integrantes dos Grupos 1 e 2 foi realizada junto a fornecedores especializados e autorizados, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar e na nota técnica de pesquisa de preços, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

3.6. Os bens a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos de fabricação, não reconicionados, não remanufaturados, e atender integralmente às especificações constantes do “ANEXO DE DESCRIÇÃO DE ITENS” deste Termo de Referência.

3.7. Para os bens permanentes que possuam componentes sujeitos a prazo de validade, vida útil ou garantia técnica, deverá ser observado, no momento do recebimento, o atendimento aos prazos mínimos de validade, garantia e suporte técnico estabelecidos pelo fabricante e exigidos neste Termo de Referência.

3.8. Os equipamentos deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas e identificadas, contendo, quando aplicável, informações sobre modelo, número de série, data de fabricação, garantia e demais dados necessários à rastreabilidade do bem.

3.9. Os equipamentos sensíveis a condições ambientais, tais como temperatura, umidade, impacto ou vibração, deverão ser transportados e entregues em condições adequadas, utilizando embalagens apropriadas, proteção técnica compatível e observando as recomendações do fabricante, de modo a preservar a integridade e o pleno funcionamento dos bens.

3.10. Para os **equipamentos e acessórios de radiocomunicação integrantes dos Grupos 1 e 2**, os transceptores, repetidoras e demais equipamentos integrantes da solução de radiocomunicação deverão possuir garantia mínima de **36 (trinta e seis) meses**, enquanto os **demais acessórios de radiocomunicação** do processo, tais como fontes de alimentação, antenas, baterias e similares, deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, ambas contra defeitos e vícios de fabricação, observadas as condições usuais de mercado e as políticas de garantia estabelecidas pelo fabricante.

3.11. A contratada, quando não for a própria assistência técnica autorizada do fabricante, deverá informar, no ato da contratação, os dados da assistência técnica autorizada do fabricante no território nacional, acompanhados de declaração formal subscrita por esta, atestando que será responsável pelo atendimento aos chamados e pela execução das manutenções durante todo o período de garantia, bem como disponibilizando os dados necessários para abertura de chamados, incluindo, no mínimo, telefone e endereço eletrônico para atendimento em horário comercial.

3.12. Após a abertura de chamado pela Administração, a contratada deverá iniciar o atendimento e a análise do problema no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis, ainda que de forma remota, apresentando diagnóstico preliminar e as soluções cabíveis.

3.13. Constatada a cobertura por garantia, o reparo deverá ser concluído no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, compreendendo o restabelecimento integral das condições normais de funcionamento do equipamento. Caso esse prazo seja ultrapassado, a contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, equipamento de igual modelo e características técnicas, em caráter temporário, de modo a assegurar a continuidade do serviço.

3.14. Persistindo a indisponibilidade do equipamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, a contratada deverá substituir o equipamento por outro novo, de igual modelo e especificações técnicas, de forma definitiva, em substituição ao equipamento defeituoso.

3.15. A contratada será integralmente responsável pela logística, pelos custos de envio e devolução dos equipamentos à assistência técnica, incluindo fretes, seguros, taxas e quaisquer outras despesas correlatas, durante todo o período de garantia, não podendo tais custos ser repassados à Administração.

3.16. O descumprimento dos prazos e condições estabelecidos nos subitens anteriores sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, conforme o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, priorizando produtos e práticas que reduzam impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos bens.

4.1.1. Sempre que possível, deverão ser adotadas medidas que promovam:

- I – utilização de materiais recicláveis ou reutilizáveis em embalagens;
- II – descarte ambientalmente adequado de resíduos, especialmente de **resíduos eletrônicos, componentes, baterias e embalagens**;
- III – redução do consumo de recursos naturais no transporte e armazenamento; e
- IV – aquisição de bens com menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida.

4.1.2. A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente, bem como normas técnicas aplicáveis à fabricação, ao transporte, ao armazenamento e ao descarte de **equipamentos eletroeletrônicos, baterias, componentes e demais bens permanentes** objeto da contratação.

4.1.3. Os requisitos de sustentabilidade não eximem a contratada do atendimento integral das especificações técnicas estabelecidas no Anexo I e demais disposições deste Termo de Referência.

4.1.4. A contratação está alinhada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando a aquisição de produtos que minimizem impactos ambientais e observem o uso eficiente de recursos, conforme diretrizes do Governo Federal, sempre observando critérios de eficiência, redução de impactos ambientais e conformidade com políticas públicas de sustentabilidade.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.2. Não será exigida garantia de execução contratual, conforme previsão do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

SUBCONTRATAÇÃO

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.4. Não será aplicada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a divisão do objeto para formação de cotas reservadas é inviável, pois pode resultar no fornecimento de materiais distintos ou incompatíveis, ocasionando divergências técnicas, perda de padronização e prejuízos à interoperabilidade operacional. Ademais, a eventual adjudicação do objeto a empresas distintas, em razão da adoção de cotas, pode gerar divergências nos treinamentos, metodologias de capacitação e níveis de suporte técnico, comprometendo a uniformidade operacional e a adequada utilização dos equipamentos. Parte relevante dos itens demandados, especialmente os equipamentos de radiocomunicação, exige fornecedores especializados, detentores de autorizações, certificações e documentação técnica específicas, bem como capacidade comprovada para fornecer treinamento, assistência técnica autorizada, suporte pós-venda e garantia. Tais exigências, se fracionadas por cotas, tendem a reduzir a competitividade efetiva e elevam significativamente o risco de o certame restar deserto ou fracassado, em afronta aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O objeto da contratação **não se enquadra nas hipóteses de aplicação da margem de preferência normal de 10%**, prevista no Decreto nº 11.890 /2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, conforme avaliação consignada no Estudo Técnico Preliminar.

4.6. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

4.6.1. As partes deverão observar, no tratamento de dados pessoais decorrentes da execução contratual, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

4.6.2. A contratada deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa.

4.6.3. A contratada responsabiliza-se pelos danos decorrentes de eventual tratamento inadequado ou irregular de dados pessoais, inclusive quando realizados por seus empregados, prepostos ou terceiros por ela contratados.

4.6.4. Sempre que possível, deverá ser observado o princípio da minimização, limitando-se o tratamento de dados pessoais ao estritamente necessário para a execução do contrato.

4.6.5. A identificação dos representantes das partes nos instrumentos contratuais deverá observar o princípio da minimização de dados, limitando-se ao nome e à identificação funcional, vedada a inclusão de dados pessoais desnecessários, como CPF e RG.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência da Nota de Empenho por parte do fornecedor, **observadas as entregas por demanda**, e, no caso de haver necessidade de prorrogação, esta deverá ser formalmente justificada e previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O local de entrega será:

GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE CURITIBA (GSD-CT):

Os bens deverão ser entregues no endereço abaixo, nos horários de 08 h às 15 h 30 min, de segunda à quinta-feira, e das 08 h às 11 h 30 min, nas sextas-feiras, na Célula de Gestão de Material (CGMat)

Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II)

Célula de Gestão de Material (CGMat)

Av. Pref. Erasto Gaertner, nº 1000, Bacacheri – Curitiba/PR – CEP: 82510-901

GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE FLORIANÓPOLIS (GSD-FL):

Os bens deverão ser entregues no endereço abaixo, nos horários de 08 h às 11 h 30 min e das 13 h às 15 h 30 min, de segunda à quinta-feira, e das 08 h às 11 h 30 min, nas sextas-feiras, no Almoxarifado da SMI 1.

Base Aérea de Florianópolis (BAFL)

Almoxarifado da SMI1

Av. Santos Dumont, n.º s/n, Tapera - Florianópolis/SC - CEP: 88047-901.

5.4. As entregas ocorrerão sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho pelas unidades requisitantes (GSD-CT e GSD-FL), devendo a contratada observar rigorosamente os prazos e quantidades definidos em cada solicitação.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

5.5. Além da garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), os bens fornecidos deverão possuir **garantia mínima do fabricante**, com cobertura integral contra defeitos de fabricação, contemplando **manutenção corretiva, assistência técnica por rede autorizada, substituição de peças e componentes e suporte técnico**, sem qualquer ônus adicional para a Administração, pelo prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência ou pelo fabricante, o que for maior. **A garantia deverá cobrir todos os equipamentos e acessórios fornecidos, e a assistência técnica será obrigatória** para manter o pleno funcionamento dos bens durante o período de garantia.

5.6. As empresas contratadas, responsáveis pelo fornecimento dos **equipamentos e acessórios de radiocomunicação profissional integrantes dos Grupos 1 e 2**, deverão elaborar e realizar treinamento técnico para a correta operação dos equipamentos, a ser realizado no ato da entrega, nas dependências da contratante, **no Grupo de Segurança e Defesa de Curitiba (GSD-CT) e no Grupo de Segurança e Defesa de Florianópolis (GSD-FL)**, conforme as especificações e exigências a seguir:

- o treinamento deverá ser ministrado por profissional devidamente habilitado e certificado pelo fabricante dos equipamentos, sendo exigida a apresentação de comprovação de capacitação técnica;
- o treinamento deverá abranger a utilização, operação, programação, configuração e manutenção básica dos equipamentos, de modo a garantir que o pessoal designado possa utilizá-los com segurança, eficiência e em conformidade com os requisitos técnicos e operacionais;
- o treinamento deverá possuir caráter prático, permitindo aos participantes manusear e operar os equipamentos durante as sessões;

- d) o material didático necessário à capacitação, incluindo manuais em língua portuguesa e materiais demonstrativos, deverá ser fornecido pela contratada; e
- e) o treinamento será considerado concluído somente após a capacitação integral dos participantes designados, conforme avaliação da Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 FISCALIZAÇÃO

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.3 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual.

6.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.4.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, na forma da legislação aplicável.

6.5. GESTOR DE CONTRATO

Cabe ao gestor do contrato:

6.5.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.5.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.5.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.5.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.5.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, e “g” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa

7.3.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.3. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “g”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.4. Compensatória, para a infração prevista acima na alínea “c”, relativa ao retardamento injustificado da execução ou da entrega do objeto, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

7.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado redigido pelos membros da comissão interna de recebimento.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

LIQUIDAÇÃO

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém a correta identificação dos bens fornecidos, incluindo modelo, marca, número de série, termo de garantia do fabricante e prazo de garantia aplicável, bem como a correspondência com o objeto contratado.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, nos termos da legislação vigente.

FORMA DE PAGAMENTO

- 8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.25. O Contratado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

- 8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

REAJUSTE

- 8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2025.
- 8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, sendo que, **exclusivamente para os equipamentos e acessórios de radiocomunicação profissional**, o julgamento ocorrerá por **Grupo 1 e Grupo 2**, conforme definido no item 1.7 deste Termo de Referência, de modo a assegurar a contratação conjunta e homogênea dos sistemas de radiocomunicação destinados a cada localidade de entrega.

FORMA DE FORNECIMENTO

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.30. Comprovação de que a empresa possui atividade econômica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de registro empresarial regular, podendo ser exigidos, quando cabível, registros, autorizações ou certificações técnicas específicas relacionadas aos equipamentos permanentes a serem fornecidos, nos termos da legislação vigente.;

9.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Comprovação da qualificação técnica por meio de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens permanentes compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.390.884,30 (Três milhões, trezentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos.)**, conforme valores apurados na pesquisa de preços constante do rascunho nº 393-2025, elaborada a partir de cotações junto a fornecedores especializados e consolidada no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Não se aplica a repactuação de preços, por se tratar de contratação de **bens permanentes**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, conforme classificação orçamentária a ser indicada no momento da emissão da respectiva Nota de Empenho.

11.2. A contratação está compatível com a Lei Orçamentária Anual vigente e com o planejamento institucional, observadas as diretrizes estabelecidas na legislação aplicável.

11.3. Informa-se que a presente contratação não se caracteriza como criação ou expansão de ação governamental que implique aumento de despesa continuada, tratando-se de aquisição pontual de bens.

11.4. Dessa forma, não se aplica, ao caso concreto, a exigência de elaboração de estimativa de impacto orçamentário prevista nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratação de bens com entrega imediata e integral – art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021)~~

13.1. Formalização da Contratação

~~13.1.1. O adjudicatário será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho, Carta-Contrato ou Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis;~~

~~13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação da Administração;~~

~~13.1.3. O aceite do instrumento equivalente implica:~~

~~a) reconhecimento de que substitui o termo de contrato, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021;~~

~~b) vinculação integral do contratado ao Edital, ao Termo de Referência e seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância;~~

13.2. Vigência

~~13.2.1. O prazo de vigência da contratação observará o estabelecido no Termo de Referência, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.~~

~~13.2.2. A vigência poderá se estender automaticamente até a conclusão do objeto, salvo se o atraso decorrer de culpa do contratado.~~

~~13.2.3. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação da vigência;~~

13.3. Obrigações do Contratante

~~Compete ao Contratante:~~

~~a) exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais;~~

~~b) receber os bens nos prazos e condições estabelecidos;~~

~~c) comunicar ao contratado eventuais vícios, defeitos ou irregularidades, fixando prazo para correção;~~

~~d) acompanhar e fiscalizar a execução, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;~~

~~e) efetuar os pagamentos conforme regras deste Termo de Referência;~~

~~f) aplicar sanções administrativas cabíveis;~~

~~g) comunicar à Advocacia-Geral da União situações que configurem descumprimento contratual;~~

~~h) decidir sobre solicitações e reclamações no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período;~~

~~i) responder pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 5 (cinco) dias úteis;~~

~~j) notificar garantidores em caso de descumprimento do contratado;~~

~~13.3.1. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo contratado com terceiros.~~

13.4. Obrigações do Contratado

~~Compete ao contratado:~~

~~a) cumprir integralmente o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~b) entregar o objeto acompanhado de manuais e informações técnicas em português, quando aplicável;~~

~~c) responder por vícios, defeitos e danos, nos termos da legislação aplicável e da Lei nº 14.133/2021;~~

~~d) comunicar atrasos com antecedência mínima de 24 horas, com justificativa;~~

~~e) atender prontamente às solicitações do fiscal/gestor do contrato;~~

~~f) reparar, corrigir ou substituir bens defeituosos às suas expensas;~~

~~g) manter todas as condições de habilitação durante a vigência;~~

~~h) preservar sigilo sobre informações relacionadas à execução do objeto;~~

~~i) assumir equívocos próprios no dimensionamento de quantitativos, exceto nas hipóteses de revisão por área extraordinária (art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021);~~

~~j) orientar seus empregados quanto às obrigações previstas na LGPD;~~

~~k) cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais;~~

~~l) manter, durante toda a vigência, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação;~~

~~m) submeter previamente, para aprovação da Administração, mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;~~

~~n) observar restrições legais quanto ao trabalho de menores e normas de segurança do trabalho, incluindo reservas de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;~~

~~o) zelar pela segurança, limpeza e boa disciplina no local de execução;~~

~~p) conduzir os trabalhos em conformidade com normas e legislação pertinentes;~~

~~q) arcar com ônus decorrentes de equívocos no dimensionamento de quantitativos ou custos variáveis, exceto nas hipóteses legais;~~

~~r) comunicar ao fiscal qualquer ocorrência anormal ou acidente no local da execução no prazo de 24 horas;~~

~~s) cumprir integralmente as normas de proteção ao trabalho e segurança do Contratante;~~

~~t) não permitir trabalho degradante ou de menores em desacordo com a legislação;~~

~~u) receber e tratar adequadamente denúncias de discriminação, violência ou assédio;~~

13.5. Extinção da Contratação

~~13.5.1. A contratação extinguir-se-á com o cumprimento integral das obrigações;~~

~~13.5.2. Se o objeto não for concluído no prazo, a vigência poderá se estender até sua conclusão, com readequação do cronograma.~~

~~13.5.3. Em caso de culpa do contratado:~~

~~a) ficará constituído em mora;~~

~~b) estará sujeito às sanções previstas;~~

~~c) a Administração poderá optar pela extinção contratual, adotando medidas necessárias para a continuidade da execução.~~

~~13.5.4. A extinção antecipada poderá ocorrer nas hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ou mediante acordo entre as partes, assegurados contraditório e ampla defesa.~~

~~13.5.5. O descumprimento de obrigações que gere desequilíbrio econômico-financeiro será indenizado por meio de termo indenizatório.~~

~~13.6. Alterações Contratuais~~

~~13.6.1. As alterações observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.~~

~~13.6.2. O contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~13.6.3. Supressões em percentual superior poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.~~

~~13.6.4. Ajustes que não constituam alteração contratual serão registrados por apostila (art. 136 da Lei nº 14.133/2021).~~

~~13.7. Foro~~

~~13.7.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Curitiba/PR, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir questões não resolvidas administrativamente, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste Termo, o SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO, inscrito no CNPJ nº 00.394/055-01, declara que:

a) está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, referentes ao Pregão nº [informar]/20[___], que passam a integrar o presente instrumento para todos os fins;

b) reconhece que o aceite deste Termo implica aceitação plena das condições de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, incluindo obrigações relativas ao objeto, prazos, padrões de qualidade, sanções, fiscalização e demais disposições legais e regulamentares;

c) assume, sob responsabilidade administrativa, civil e penal, a veracidade, autenticidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados durante o processo de contratação;

d) compromete-se a cumprir integralmente as regras previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas de segurança, boas práticas e governança para proteção de dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual;

e) declara ciência de que o descumprimento das obrigações pactuadas poderá resultar na aplicação das sanções administrativas e legais previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e neste Termo de Referência.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERT CLAUDIO AGUIAR ZUCOLOTTI DA SILVA
PRESIDENTE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PEDRO HENRIQUE SANCHES VIEIRA

PRESIDENTE SUBSTITUTO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

MICHEL DIAS CHRISPIM

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

DOUGLAS RIBOURA DA CUNHA

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

GUSTAVO COSTA DE CAMARGO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

MATHEUS SOARES MARINHO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO DE DESCRICAO DOS ITENS.pdf (84.86 KB)

Item 1 – Gerador de Energia

Gerador de energia a gasolina, dotado de motor monocilíndrico de 4 tempos, refrigerado a ar, com potência mínima de 13 HP (CV) e cilindrada aproximada de 389 cc. Deve possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 25 litros, operação monofásica, tensão nominal de 110/220 V e desempenho adequado para operação contínua em apoio a atividades operacionais e administrativas. O equipamento deverá apresentar robustez, confiabilidade e adequação para uso em campo, admitindo-se marca/modelo de referência Toyama ou outro equivalente com características técnicas iguais ou superiores.

Item 2 – Aeronave Remotamente Pilotada – Matrice 30T

Aeronave remotamente pilotada de categoria profissional, destinada a operações aéreas avançadas, dotada de sistema de navegação GNSS integrado (GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS, com suporte a RTK), resistência ambiental mínima IP55, capacidade de operação em temperaturas entre -20 °C e 50 °C, autonomia máxima de voo de até 41 minutos, resistência a ventos de até 12 m/s e elevada precisão de posicionamento. Deve possuir sistema completo de sensores visuais omnidirecionais para detecção de obstáculos, conjunto de câmeras integradas (grande-angular, zoom óptico e termográfica), câmera FPV, módulo laser para medição de distâncias, estabilizador triaxial de alta precisão, sistema de transmissão de vídeo de longo alcance, controle remoto com tela integrada, estação inteligente de carregamento de baterias e todos os acessórios originais necessários ao pleno funcionamento do sistema. Admite-se marca/modelo de referência DJI Matrice 30T ou outro equivalente com características técnicas iguais ou superiores.

Item 3 – Aeronave Remotamente Pilotada – Mavic 4 Pro

Aeronave remotamente pilotada de alta performance, com peso aproximado de 1.063 g, autonomia máxima de voo de até 51 minutos, elevada velocidade horizontal, resistência a ventos de até 12 m/s e classificação europeia C2. Deve ser equipada com sistema de câmeras múltiplas, incluindo câmera principal Hasselblad com sensor CMOS 4/3 de alta resolução, câmeras teleobjetivas complementares, capacidade de gravação de vídeo em resoluções até 6K, estabilizador mecânico triaxial de alta precisão, sistema de detecção de obstáculos omnidirecional, transmissão avançada de vídeo de longo alcance, conectividade Wi-Fi 6 e Bluetooth, armazenamento interno e compatibilidade com cartões microSD. O produto deverá ser fornecido com kit Fly More, incluindo no mínimo dois pares de baterias adicionais. Admite-se marca/modelo de referência DJI Mavic 4 Pro ou outro equivalente com características técnicas iguais ou superiores.

Item 4 – Aeronave Remotamente Pilotada – Matrice 4T

Aeronave remotamente pilotada profissional, com peso máximo de decolagem aproximado de 1.430 g, autonomia de voo de até 49 minutos, resistência a ventos de até 12 m/s e operação em temperaturas entre -10 °C e 40 °C. Deve possuir sistema de câmeras múltiplas (grande-angular, tele média e telefoto), câmera termográfica infravermelha para medição de temperatura, módulo laser telemétrico, estabilizador triaxial, sensores de detecção de obstáculos omnidirecionais, sistema de transmissão de vídeo de longo alcance compatível com operações empresariais, suporte a RTK e controle remoto profissional com tela integrada e recursos avançados de conectividade. Admite-se marca/modelo de referência DJI Matrice 4T ou outro equivalente com características técnicas iguais ou superiores.

Item 5 – Cofre Vertical para Armas

Cofre vertical aprovado pelo Exército Brasileiro para guarda de armas de fogo, confeccionado em chapa de aço concretado, com acabamento em esmalte sintético na cor cinza claro. Deve possuir sistema de abertura por combinação eletrônica ou por chave, instalação em piso, sistema de antiarrombamento com no mínimo quatro ferrolhos de aço de 23 mm de diâmetro, tratamento antifosfatizante e antiferrugem em todas as partes metálicas. O cofre deverá incluir prateleira interna, chaves tipo tetra e manual do produto, possuindo dimensões compatíveis com armazenamento seguro e organizado de armamentos.

Item 6 – Cofre Horizontal Convencional

Cofre horizontal confeccionado em chapa de aço concretado, com acabamento em esmalte sintético, sistema de abertura por combinação eletrônica ou por chave, destinado à instalação em parede. Deve possuir carpete interno, tampa de proteção da fechadura, duas chaves reservas, sistema de antiarrombamento com no mínimo quatro ferrolhos de aço de 23 mm de diâmetro e tratamento antifosfatizante e antiferrugem em todas as partes metálicas, garantindo segurança e durabilidade.

Item 7 – Cofre para Documentos

Cofre destinado ao armazenamento seguro de documentos, confeccionado em aço temperado com acabamento em esmalte sintético, dotado de sistema de abertura por chave e adequado para instalação em diversos ambientes. Deve possuir compartimento interno com proteção contra fogo e água, capacidade mínima aproximada de 18,3 litros, vedação especial contra inundações e outras emergências, garantindo a integridade de documentos e mídias sensíveis.

Item 8 – Rádio Portátil (HT) VHF Intermediário (INTEGRA O GRUPO 1)

Rádio transceptor portátil híbrido, operando na faixa VHF de 148 a 174 MHz, compatível com protocolo digital aberto NXDN/FDMA/6,25 kHz, conforme padronização internacional reconhecida pela UIT (ITU-R), com potência mínima de transmissão de 5 (cinco) watts. O equipamento deverá possuir peso máximo de 300 g, incluindo bateria e clipe de cinto, permitir programação via software e dispor de, no mínimo, 128 (cento e vinte e oito) canais programáveis. Deverá possuir display alfanumérico com, no mínimo, 8 caracteres, indicador visual do nível de carga da bateria no display e teclado frontal simplificado. Deverá contar com alto-falante interno com potência mínima de 1.500 mW, estabilidade de frequência de $\pm 1,0$ ppm, e atender, no mínimo, ao grau de proteção IP67, sendo totalmente protegido contra poeira e submersível em água doce até 1 metro de profundidade por 30 minutos, bem como atender à norma MIL-STD-810G. O rádio deverá possuir botão de emergência localizado na parte superior em cor de destaque e 2 (dois) botões laterais programáveis. Deverá operar em comunicações ponto a ponto (simplex) e via repetidora (semi-duplex), tanto em modo analógico quanto em modo digital convencional criptografado NXDN, incluindo operação multi-site convencional com voting digital NXDN, com capacidade de interpretação de beacons emitidos pelos sites e seleção automática do sítio que apresentar melhores condições de sinal, mantendo total compatibilidade em modo digital com as infraestruturas de repetidoras e rádios que utilizem o protocolo NXDN já implantadas e em pleno funcionamento no complexo militar e Destacamentos do CINDACTA II. O equipamento deverá dispor, no mínimo, dos seguintes recursos: homem caído (man down), trabalhador solitário (lone worker), sensor de movimento, função de repelência de água do alto-falante acionada por botão específico, mediante emissão de tom sonoro agudo após a emersão, habilitação e desabilitação remota do terminal, chamadas privativas, equalizador de áudio, redução ativa de ruído, envio de identificação da estação (ID) via

interface aérea NXDN, suporte à criptografia do protocolo e capacidade de operação com GPS mediante utilização de microfone externo opcional compatível. Cada transceptor deverá ser fornecido com 2 (duas) baterias de íons de lítio com capacidade mínima de 2.280 mAh cada, 1 (um) carregador rápido bivolt automático, 1 (um) clipe de cinto, 1 (uma) antena emborrachada, 1 (um) estojo rígido de couro com alça tipo bandoleira e manual do usuário em língua portuguesa, todos compatíveis com o transceptor. Deverá ser apresentado catálogo técnico em língua portuguesa e, nos termos da Resolução ANATEL nº 715/2019, certificado de homologação válido junto à ANATEL para o transceptor, a ser apresentado no ato da proposta. A Administração poderá promover diligências técnicas e/ou solicitar amostras do produto ofertado e de seus acessórios, para fins de comprovação do atendimento às especificações técnicas e de compatibilidade com o legado existente na Organização Militar. Deverá ser realizada entrega técnica presencial, uma única vez, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho, nas dependências da Contratante, em Curitiba/PR, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material didático, prático e certificados. A entrega técnica deverá contemplar carga horária de 4 (quatro) horas para o efetivo operacional, abordando correta utilização, manuseio, conservação e identificação de falhas nos equipamentos, e 8 (oito) horas para o efetivo técnico, abordando programação avançada e exploração completa dos recursos do transceptor e do protocolo, com ênfase em criptografia, multi-site, roaming, voting, enlaces e operações troncalizadas. A capacitação deverá ser ministrada por profissional formalmente habilitado pelo fabricante do equipamento, devendo a comprovação dessa habilitação ser apresentada junto à proposta, para fins de análise e validação pela área técnica da Instituição.

Item 9 – Rádio Transceptor Base/Fixo VHF Avançado (INTEGRA O GRUPO 1)

Transceptor móvel/veicular híbrido, operando em modo analógico e digital, na faixa VHF de 148 a 174 MHz, compatível com protocolo digital aberto NXDN/FDMA/6,25 kHz, conforme padronização internacional reconhecida pela UIT (ITU-R), com capacidade mínima de 1.024 (mil e vinte e quatro) canais programáveis via software. Deverá possuir display LCD colorido, com menu e ícones intuitivos, botões frontais de navegação, botão de emergência em cor de destaque, capacidade de operação com GPS e Bluetooth integrados, equalizador de áudio, envio de identificação da estação (ID) via interface aérea NXDN, habilitação e desativação remota do terminal, potência mínima de transmissão de 50 (cinquenta) watts e alto-falante interno frontal com potência mínima de 4 (quatro) watts. O equipamento deverá atender, no mínimo, ao grau de proteção IP54 na cabeça de controle e no microfone, bem como às normas militares MIL-STD-810. Deverá possuir, no mínimo, 5 (cinco) botões frontais programáveis, estabilidade de frequência de $\pm 1,0$ ppm e alimentação nominal de 12 VDC. Deverá dispor de conectores traseiros de acessórios do tipo DB25, saída dedicada para alto-falante externo e conector frontal de microfone do tipo oito pinos, com trava giratória. O transceptor deverá estar apto a operar em comunicações ponto a ponto (simplex) e via repetidora (semi-duplex), tanto em modo analógico quanto em modo convencional digital criptografado NXDN, incluindo operação multi-site convencional com voting digital NXDN, com capacidade de interpretação de beacons emitidos pelos sites e seleção automática daquele que apresentar melhores condições de sinal, mantendo total compatibilidade em modo digital com as infraestruturas de repetidoras e rádios que utilizem o protocolo NXDN já instaladas, implantadas e em pleno funcionamento no complexo militar e Destacamentos do CINDACTA II. O equipamento deverá suportar habilitação e desativação remota do terminal, chamadas privativas, equalização de áudio, envio de identificação da estação (ID) via interface aérea NXDN e criptografia do protocolo. O transceptor ofertado deverá possuir a opção, mediante aquisição de acessório opcional próprio, de

separação da cabeça de controle ou painel frontal do corpo principal do rádio, permitindo múltiplas possibilidades de instalação. Cada transceptor deverá ser fornecido com, no mínimo, 1 (um) microfone de mão com PTT, 1 (um) rolo de 30 (trinta) metros de cabo coaxial do tipo RGC213, cabo de alimentação dotado de fusíveis em ambas as polaridades, fonte de alimentação chaveada bivolt automática de 13,6 VDC e 16 A em regime pleno, com flutuador e gabinete compatível com o rádio ofertado, 1 (um) estabilizador de tensão de 500 VA, com entrada bivolt automática e saída estabilizada em 115/127 V, 1 (um) suporte para microfone, 1 (uma) antena externa VHF de 5/8 de onda, 4 (quatro) conectores de RF, 2 (dois) centelhadores dupla fêmea, 1 (um) cano galvanizado de 1 (uma) polegada, com 2 (dois) metros de comprimento, bem como respectivo suporte de fixação em parede, do tipo cavalete, com quatro pontos de fixação, além de manual do usuário em língua portuguesa. O transceptor deverá possuir garantia mínima de 3 (três) anos, e seus acessórios garantia mínima de 1 (um) ano. Deverá ser apresentado catálogo técnico em língua portuguesa e, nos termos da Resolução ANATEL nº 715/2019, certificado de homologação válido junto à ANATEL para o transceptor, a ser apresentado no ato da proposta. A Administração poderá promover diligências técnicas e/ou solicitar amostras do produto ofertado e de seus acessórios, para fins de verificação do atendimento às especificações técnicas e de testes de interoperabilidade com o legado já existente na Organização Militar. Deverá ser realizada entrega técnica presencial, uma única vez, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho, nas dependências da Contratante, em Curitiba/PR, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material didático, prático e certificados. A entrega técnica deverá contemplar carga horária de 4 (quatro) horas para o efetivo operacional, abordando correta utilização, manuseio, conservação e identificação de falhas nos equipamentos, e 8 (oito) horas para o efetivo técnico, abordando programação avançada e exploração completa dos recursos do transceptor e do protocolo, com ênfase em criptografia, multi-site, roaming, voting, enlaces e operações troncalizadas. Poderão ser solicitadas amostras do item ofertado e de seus acessórios, bem como promovidas diligências, para fins de comprovação do atendimento às especificações técnicas e da compatibilidade com o legado já existente na Organização Militar.

Item 10 – Estação Repetidora Fixa Completa, com Kit de Programação (INTEGRA O GRUPO 1)

Estação repetidora fixa de sinais híbrida, operando em modo analógico e digital, compatível com protocolo digital aberto NXDN, conforme padronização internacional reconhecida pela UIT (ITU-R), na faixa VHF de 136 a 174 MHz, com capacidade mínima de 32 (trinta e dois) canais programáveis via software, padrão de instalação em rack 19”, display alfanumérico com, no mínimo, 8 caracteres e potência de transmissão de 50 (cinquenta) watts, com possibilidade de redução para 25 (vinte e cinco) watts e 5 (cinco) watts. Deverá possuir alto-falante interno frontal com potência mínima de 4 (quatro) watts, atender às normas militares MIL-STD-810F e dispor de, no mínimo, 5 (cinco) botões frontais programáveis. O equipamento deverá possuir conector traseiro de acessórios do tipo DB25, saída dedicada para alto-falante externo, conector RJ45 no painel frontal para conexão de PTT e placa IP habilitada para operações troncalizadas e multi-site convencional. A estação repetidora deverá ser entregue apta a operar nos modos Convencional Digital Criptografado, Multi-Site Convencional Digital Criptografado, Multi-Site Simulcast e Site Simples Troncalizado Digital Criptografado, com emissão de beacons de balizamento, mantendo total compatibilidade em modo digital e por IP com as infraestruturas de repetidoras e rádios que utilizem o protocolo NXDN já instaladas, implantadas e em pleno funcionamento no complexo militar e Destacamentos do CINDACTA II. Cada estação repetidora deverá ser fornecida com, no

mínimo, 1 (um) cabo de alimentação dotado de fusíveis em ambas as polaridades, 1 (um) rack padrão 19" com altura mínima de 6U, 1 (uma) fonte de alimentação chaveada bivolt automática, com flutuador e gabinete ou bandeja compatível para fixação em rack 19", 1 (um) estabilizador de tensão de 500 VA, com entrada bivolt automática e saída estabilizada em 115/127 V, 1 (uma) antena VHF fixa com ganho mínimo de 6 dB, 30 (trinta) metros de cabo coaxial Cellflex de ½", 2 (dois) centelhadores a gás, 1 (um) mini-duplexador de 6 (seis) cavidades, pigtails, conectores coaxiais e manual do usuário em língua portuguesa. Deverá ser realizada entrega técnica presencial para o efetivo operacional e técnico da Instituição, a ser realizada uma única vez, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho, com carga horária de 4 (quatro) horas para o efetivo operacional e 8 (oito) horas para o efetivo técnico, ministrada por profissional devida e formalmente habilitado pelo fabricante do equipamento, devendo tal comprovação ser apresentada no ato do envio da proposta, para fins de análise e validação pela área técnica da Instituição. A entrega técnica deverá ser realizada nas dependências da Contratante, em Curitiba/PR, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material didático, prático e certificados. Para o efetivo operacional, deverão ser abordados tópicos de correta utilização, manuseio, conservação e identificação de falhas nos equipamentos. Para o efetivo técnico, deverão ser abordados tópicos de programação avançada, explorando todos os recursos da estação repetidora e do protocolo, com ênfase em criptografia, multi-site, roaming, voting, enlaces, conexão por IP e operações troncalizadas. Poderão ser solicitadas amostras do item ofertado e de seus acessórios, bem como promovidas diligências, para fins de comprovação do atendimento às especificações técnicas e da compatibilidade com o legado já existente na Organização Militar. Deverá ser fornecido 1 (um) kit completo de programação, compreendendo softwares e cabos compatíveis, para cada unidade empenhada neste item.

Item 11 – Estação Repetidora Transportável Avançada (INTEGRA O GRUPO 1)

Estação repetidora compacta transportável (móvel) de sinais híbrida, operando em modo analógico e digital, compatível com protocolo digital aberto NXDN, conforme padronização internacional reconhecida pela UIT (ITU-R), na faixa VHF de 148 a 174 MHz, com potência mínima de transmissão de 50 (cinquenta) watts, com possibilidade de redução para 25 (vinte e cinco) watts e 5 (cinco) watts via software. A estação deverá ser do tipo repetidora compacta e transportável, de fácil transporte e manuseio, destinada a operações e manobras externas, possuindo capacidade mínima de 32 (trinta e dois) canais programáveis via software. Deverá dispor de painel frontal com display LCD alfanumérico de, no mínimo, 12 (doze) caracteres, 5 (cinco) botões programáveis, botão de controle de volume, seletor de canais, indicadores de equipamento ligado, recepção (RX) e transmissão (TX), botão liga/desliga e alto-falante frontal integrado. Deverá possuir conector frontal para conexão de PTT, placa IP interna ativada e licenciada para operações multi-site convencional, voting e troncalizadas, com capacidade de emissão de beacons para balizamento dos terminais em campo e conexão, por IP, com outras repetidoras que utilizem o protocolo NXDN, mantendo total compatibilidade em modo digital e por IP com as infraestruturas de repetidoras e rádios NXDN já instaladas, implantadas e em pleno funcionamento no complexo militar e Destacamentos do CINDACTA II. A estação repetidora deverá estar apta a operar em modo convencional digital criptografado e em modo multi-site convencional digital criptografado, com envio de beacons, permitindo o roaming automático dos terminais móveis da rede. Cada estação repetidora compacta deverá ser fornecida instalada em case reforçado e apropriado, do tipo maleta de transporte anti-impacto, confeccionada em polipropileno, dotada de rodas e alças para transporte, de fácil manuseio, com grau de proteção mínimo IP54. Quando fechada, a maleta deverá proteger

integralmente a repetidora e seus acessórios internos; quando aberta, deverá permitir acesso imediato à repetidora, sendo suficiente a abertura da tampa principal para operação, a qual deverá possuir, no mínimo, 4 (quatro) travas e acesso direto ao painel frontal com display da repetidora. A solução deverá dispor externamente ao case de acesso ao conector de antena com centelhador, conector para comunicação IP do tipo RJ45 protegido contra intempéries e conector para ligação de bateria externa auxiliar. Internamente, sem exposição externa dos componentes, deverá conter 1 (um) cabo de alimentação dotado de fusíveis em ambas as polaridades, 1 (uma) fonte de alimentação chaveada bivolt automática com flutuador, 1 (um) mini-duplexador de 6 (seis) cavidades, pigtails e conjunto de baterias de íons de lítio com tensão nominal de 12 V e capacidade mínima de 36 Ah. O peso máximo admitido para a solução completa deverá ser de até 15 (quinze) quilogramas, com dimensões máximas de 65 cm de largura, 28 cm de altura e 55 cm de profundidade. Deverá ser fornecida, no mínimo, 1 (uma) antena VHF fixa com ganho entre 0 dB e 2,15 dBi, confeccionada em fibra de vidro, 2 (dois) mastros telescópicos em alumínio, com comprimento mínimo de 1,4 metro retraído e 4,4 metros estendido, 2 (dois) tripés de rápida montagem e desmontagem, confeccionados em alumínio e compatíveis com os mastros fornecidos, 30 (trinta) metros de cabo coaxial RG-213, conectores coaxiais compatíveis e manual do usuário em língua portuguesa. A estação repetidora deverá possuir garantia mínima de 3 (três) anos, e seus acessórios garantia mínima de 1 (um) ano. Deverá ser apresentado catálogo técnico em língua portuguesa e, nos termos da Resolução ANATEL nº 715/2019, certificado de homologação válido junto à ANATEL para o equipamento, a ser apresentado no ato da proposta. A Administração poderá promover diligências técnicas e/ou solicitar amostras do produto ofertado e de seus acessórios, para fins de verificação do atendimento às especificações técnicas e de testes de interoperabilidade com o legado já existente na Organização Militar. Deverá ser realizada entrega técnica presencial para o efetivo operacional e técnico da Instituição, a ser realizada uma única vez, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho, com carga horária de 4 (quatro) horas para o efetivo operacional e 8 (oito) horas para o efetivo técnico, ministrada por profissional devida e formalmente habilitado pelo fabricante do equipamento, devendo tal comprovação ser apresentada no ato do envio da proposta, para fins de análise e validação pela área técnica da Instituição. A entrega técnica deverá ser realizada nas dependências da Contratante, em Curitiba/PR, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material didático, prático e certificados. Para o efetivo operacional, deverão ser abordados tópicos de correta utilização, manuseio, conservação e identificação de falhas nos equipamentos. Para o efetivo técnico, deverão ser abordados tópicos de programação avançada, explorando todos os recursos da estação repetidora e do protocolo, com ênfase em criptografia, multi-site, roaming, voting, enlaces, conexão por IP e operações troncalizadas. Poderão ser solicitadas amostras do item ofertado e de seus acessórios, bem como promovidas diligências, para fins de comprovação do atendimento às especificações técnicas e da compatibilidade com o legado já existente na Organização Militar. Deverá ser fornecido 1 (um) kit completo de programação, compreendendo softwares e cabos compatíveis, para cada unidade empenhada neste item.

Item 12 – Microfone PTT de Mão (INTEGRA O GRUPO 1)

Microfone PTT de mão para uso com rádios portáteis, dotado de cabo espiralado e conexão ao rádio transceptor por conector de oito pinos com trava giratória. Deverá ser plenamente compatível com os rádios do Grupo 1 e atender integralmente às especificações técnicas e funcionais exigidas para operação com os equipamentos ofertados. Poderá ser solicitada amostra para verificação de compatibilidade.

Item 13 – Microfone PTT de Mão para Rádio Veicular/Fixo (INTEGRA O GRUPO 1)

Microfone PTT de mão para uso com rádios veiculares ou fixos, dotado de cabo espiralado e conexão ao rádio transceptor por conector de oito pinos do tipo RJ45. Deverá ser plenamente compatível com os rádios veiculares e fixos do Grupo 1, garantindo funcionamento adequado e interoperabilidade com os equipamentos já existentes na Organização Militar. Poderá ser solicitada amostra para verificação de compatibilidade.

Item 14 – Antena VHF para Rádio Portátil Intermediário (INTEGRA O GRUPO 1)

Antena VHF para rádio portátil intermediário, emborrachada, do tipo whip, destinada à operação na faixa de frequência compatível com os rádios do Grupo 1. Deverá apresentar total compatibilidade elétrica e mecânica com os rádios portáteis intermediários ofertados, assegurando desempenho adequado de transmissão e recepção. Poderá ser solicitada amostra para fins de verificação.

Item 15 – Bateria de Li-Íon (INTEGRA O GRUPO 1)

Bateria de íons de lítio com capacidade mínima de 2.280 mAh, destinada à alimentação dos rádios portáteis intermediários do Grupo 1. Deverá ser plenamente compatível com os transceptores ofertados, garantindo autonomia operacional adequada e segurança de uso. Poderá ser solicitada amostra para verificação de compatibilidade.

Item 16 – Fonte de Alimentação (INTEGRA O GRUPO 1)

Fonte conversora de alimentação chaveada, com entrada AC bivolt automática (127 a 220 VAC), saída estabilizada em 13,6 VDC, capacidade mínima de 16 A em regime pleno e 20 A em pico, dotada de flutuador para recarga de bateria, com capacidade mínima de 4 Ah. Deverá ser fornecida com cabo de alimentação AC com comprimento mínimo de 1 (um) metro, sendo compatível com os equipamentos do Grupo 1. Poderá ser solicitada amostra para fins de verificação.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	03/06/2026 16:51:16
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	262b287188b7f17216a2fe723da155e7
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ROBERT CLAUDIO AGUIAR ZUCOLOTTI DA SILVA no dia 03/06/2026 às 15:39:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento GUSTAVO COSTA DE CAMARGO no dia 12/06/2026 às 08:54:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DOUGLAS RIBOURA DA CUNHA no dia 12/06/2026 às 09:24:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MATHEUS SOARES MARINHO no dia 12/06/2026 às 09:26:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PEDRO HENRIQUE SANCHES VIEIRA no dia 15/06/2026 às 08:27:04 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO